

Do vínculo às relações sociais: Aspectos psicodinâmicos

RUI ARAGÃO OLIVEIRA (*)

HISTÓRIA E CONCEPTUALIZAÇÃO DOS VÍNCULOS

Inicialmente estudados no domínio das relações precoces, a representação dos processos de vinculação tem sido analisada, ao longo das últimas décadas, nas diversas etapas desenvolvimentais, como na adolescência, na vida adulta e até na população mais idosa.

Já anteriormente objecto de estudo por outros, os processos de vinculação indubitavelmente adquiriram uma outra dimensão com o trabalho de John Bowlby, que contribuiu inovadoramente para a compreensão da natureza da relação da criança com a mãe. A sua obra *Attachment* procurou fundamentar toda uma concepção teórica que Bowlby já antes teria iniciado em 1958, em «The nature of the child's tie to his mother», dando inclusive o nome pela qual se tornou conhecida a sua abordagem – «the attachment theory». Teve também o mérito de integrar num contexto evolucionista princípios da psicanálise, da etologia e da biologia.

Apesar do seu sistema teórico se assemelhar com muitas das ideias psicanalíticas clássicas, e

em particular com os teóricos das relações objectais, Bowlby nunca foi aceite plenamente por nenhuma dessas escolas teóricas na Inglaterra, e em especial pelas duas correntes dominantes: kleinianas e Anna Freudianas.

No entanto, o trabalho de Bowlby enfatizou aspectos de sobremaneira importantes, e que muitos dos psicanalistas até então negligenciavam. Ao contrário da quase totalidade dos seus colegas, que recorriam à reconstrução introspectiva de acontecimentos passados, Bowlby, embora nunca desvalorizando esta vertente do trabalho a realizar, defendeu o uso de métodos de observação directa de comportamentos. Realçou a importância dos primeiros acontecimentos e experiências da vida real no desenvolvimento da personalidade e das perturbações possíveis. Adoptou como método de estudo, por conseguinte, a observação directa destes momentos, ou seja os padrões de interacção familiares. Tal decorre também do facto de estar particularmente interessado nos primeiros comportamentos relacionais do recém-nascido, onde a técnica retrospectiva se tornava impraticável, e de acreditar que, à semelhança do que sucedia com outras áreas do conhecimento científico, toda a teoria se deveria submeter à verificação empírica.

Já em 1961, em «L'etologie et l'evolution des relations objectales», Bowlby menciona o impacto que sobre ele teve as pesquisas de K.

(*) Universidade de Évora, Departamento de Pedagogia e Educação, Palácio da Inquisição, 7000 Évora.

Lorenz, encontrando as maiores afinidades pela etologia. Resumidamente, Lorenz, em 1935, tinha mostrado como em algumas espécies animais um importante vínculo se estabelecia e desenvolvia com uma figura maternal, sem ter o alimento como intermediário. Suportado ainda pelos resultados obtidos nas clássicas experiências de Harlow (Harlow & Zimmerman, 1959) com primatas (rhesus macaques), nas quais os bebês mostravam preferir a mãe artificial, macia e confortável, apesar desta não lhe fornecer alimento, Bowlby postula a existência de uma pulsão primária – pulsão de vinculação, que envolveria uma dinâmica distinta da libido ou dos comportamentos de alimentação, consideradas até então como as duas fontes de motivação dos comportamentos humanos.

Esta pulsão exprimir-se-ia de forma mais explícita nos primeiros dois anos de vida da criança, através de vinculação, nomeadamente pelos comportamentos de sinalização (sorriso, chorar, sucção ou chamar a atenção de outras formas) e comportamentos de aproximação (tendência de «ir para», agarrar-se, seguir ou procurar).

Mais tarde, Bowlby (1988) expandiu estas concepções, considerando o comportamento de vinculação como qualquer acção de um indivíduo para procurar ou manter a proximidade para com um outro percebido como mais capaz de lidar com as situações em geral.

A pesquisa de Bowlby teve um impacto extraordinário na psicologia do desenvolvimento, conceptualizando a ideia de continuidade e transformação através do desenvolvimento individual, assunto difícil de estudar empiricamente. Desta forma, as primeiras experiências do recém-nascido ganharam uma outra importância para a compreensão dos comportamentos de indivíduos adultos. Bowlby propôs a ideia que o comportamento não é algo estático, e que pelo contrário envolve um jogo dinâmico de interrelações pessoais com o meio envolvente, ideia já defendida anteriormente por diversos psicanalistas, mas ainda pouco aceite na comunidade científica da época. Socorrendo-se de numerosos estudos de campo, a «*attachment theory*» enfatizou ainda a importância de podermos compreender o indivíduo como elemento de uma rede de relações.

Devemos, contudo, salientar que já Freud (1905) tinha realçado a importância das primei-

ras relações entre a criança e a mãe como protótipo para futuros relacionamentos. Mais tarde, em 1940, Freud volta a referir-se à figura da mãe como única e sem paralelo constituindo o primeiro objecto de amor, protótipo de todas as relações de amor do percurso de vida.

Embora muitos dos conceitos e expressões de Bowlby sejam similares a Freud, fundamentalmente as suas conceptualizações acerca das necessidades do recém-nascido são consideravelmente diferentes. Bowlby (1969) salientou a satisfação de necessidade com base no desenvolvimento dos relacionamentos. No seu ponto de vista, todas as crianças desenvolvem comportamentos de *attachment* para com a mãe (ou para quem o cuide), dependendo da forma como são tratados. Não é, portanto, a presença de uma figura maternal ou a intensidade com que é vivida a relação que faz o fenómeno *attachment*, mas sim a sua qualidade. Esta qualidade é influenciada não só pelos comportamentos e respostas da criança, mas também pela disponibilidade da mãe. Bowlby, adoptando claramente um entendimento biológico do desenvolvimento infantil, concebe a ideia de que a criança possui à partida certas e determinadas características que influenciarão todo o processo de inter-relações. As primeiras relações, sendo securizantes ou não, irão servir como modelo para as relações sociais estabelecidas na fase adulta. Contrastando com Freud, Bowlby enfatizou a questão das respostas da mãe aos sinais enviados pela criança e na disponibilidade emocional para activar o sistema de comportamentos de *attachment* do bebé. Organizou, então, uma crítica à teoria da angústia descrita por Freud, associada ao perigo da perda do amor do objecto. «Nas concepções de Bowlby, angústia e separação são fenómenos intimamente ligados, de tal modo que não seria necessária a existência de uma teoria autónoma da angústia» (C. Amaral Dias, 1988, p. 144).

Para a compreensão desta abordagem relacional parece importante destacar o papel primordial das emoções para o desenvolvimento precoce. É através destas primeiras interacções relacionais que a criança aprende a diferenciar-se das outras pessoas. Este primeiro sistema criado é uma concepção absolutamente dinâmica, onde os elementos (criança/mãe) têm ambos uma participação activa e determinante. O conceito de disponibilidade emocional reflecte o processo in-

teraccional envolvendo a criança, a mãe e o sistema diádico.

Neste sentido, por exemplo, Ainsworth (1964) concebe a vinculação como algo que implica obrigatoriamente um afecto, sendo simultaneamente um acto de comportamento, e portanto, observável. Para esta autora, «o acto de vinculação representa um processo activo de duplo sentido, sendo cada resposta influenciada retroactivamente» (in G. Pedro, 1985, p. 73).

Tendo em conta os diversos autores psicanalíticos podemos constatar que as formas interaccionais atrás referidas, adquirem uma importância fulcral para o desenvolvimento do Eu. Neste sentido, Winnicott (1965) propõe que só podemos compreender o bebé na sua relação com a mãe (ou com uma figura maternal). Ele propõe então que a mãe proporcionará um ambiente facilitador (holding environment). Ambiente esse que deverá ser suficiente bom, demonstrando disponibilidade para a criança mas simultaneamente possibilitando-lhe um espaço relacional para a auto-exploração e desenvolvimento da autonomia.

Desta forma, o fundamental para o processo de desenvolvimento é a relação em si, estabelecendo-se os comportamentos de vinculação como resultado secundário das relações, e não como uma tendência primária como entende Bowlby. Opinião aliás já anteriormente partilhada por M. Klein, que defendeu sempre a ideia de que as relações do bebé com a mãe vão mais além do que a simples satisfação de necessidades fisiológicas. Klein salienta mesmo algumas reacções do bebé aos cuidados maternos e ao alimento. Algumas crianças centram-se quase exclusivamente no alimento, negligenciando por absoluto o seio ou a mãe, não sendo sensíveis às reacções desta. Outras apresentam a reacção contrária, o que parece ser de excelente prognóstico no que diz respeito ao seu desenvolvimento afectivo futuro.

Realçando os fenómenos de troca corporal mais do que a mera relação de alimentação, M. Klein surge-nos como precursora das abordagens de Bowlby, Winnicott e outros que vêm depois, insistir na importância da maternagem e das trocas interpessoais precoces, ultrapassando uma perspectiva relacional centrada apenas no alimento. Klein, entende que a precocidade e intensidade desta comunicação corporal não alimentar

da criança com a mãe é uma primeira expressão da capacidade de se relacionar e vincular. Esta orientação precoce no sentido do objecto de amor é também uma defesa, supostamente bem sucedida, contra a ansiedade persecutória. No bebé satisfeito, segundo uma tipologia que M. Klein retira de Merrell Middlemore (in J. R. Petot, 1982, p. 143), o domínio da ansiedade passa pelo da avidez através da subordinação da relação alimentar a um início de relação de objecto.

Neste contexto, a expressão relações objectais designa «o modo de relação do indivíduo com o seu mundo, relação que é o resultado complexo e total de uma determinada organização da personalidade, de uma apreensão mais ou menos fantasmática dos objectos e de certos tipos privilegiados de defesa» (Laplanche & Pontalis, 1990). Ela implica um modo de se relacionar que é considerado um inter-relacionamento, onde o sujeito afecta os seus objectos tanto quanto estes o afectam. Esta concepção, ainda hoje capaz de originar alguma confusão tal como inicialmente provocou no movimento psicanalítico britânico, introduz diferenciações subtis mas complexas. Não se trata apenas do relacionamento objectivável com os outros que determina a vida individual do sujeito, mas sim, a maneira específica da sua relação com os seus objectos internos.

Este sistema relacional interdependente torna-se convicto, embora também inconsciente, quando situado dentro da pessoa. É um mundo interno de objectos sentidos de facto como reais, diferentes das imagens ou representações mentais, e que se empenham em relações uns com os outros e com o sujeito. É a realidade psíquica, na qual se sentem misturar e diluir emoções, que transformam os relacionamentos do sujeito com os sistemas circundantes.

Para a teoria das relações objectais, desde o início que o desenvolvimento individual se baseia nas vicissitudes dos relacionamentos objectais, e não somente nas vicissitudes dos instintos.

Por mais favorável que seja a orientação da criança em relação à mãe, nem por isso se encontra isenta de alguns riscos, dos quais M. Klein destacou dois em particular: essa relação pode conduzir a um estado de dependência excessiva em relação à mãe, e uma consequente falta de autonomia. No entanto, pesando alguns inconvenientes, esta dependência é fundamental-

mente positiva, pois procede o amor. Este risco parece aliás menor do que aquele do lactente ávido, que pode aparentar ser mais independente das perturbações do meio, mas que está já em vias de deformar o seu ego e de se mutilar de maneira irreversível, fechando-se para o objecto a fim de investir apenas na sua própria satisfação (J.-M. Petot, 1982, p. 143). O segundo risco salientado por Klein é o da impossibilidade de ficar só, que poderia apresentar-se como a marca de um interesse genuíno pelas pessoas. A incapacidade de suportar a solidão deve-se, na sua opinião, à ansiedade persecutória e à necessidade de ser constantemente gratificado, pois trata-se de receber provas de amor e benevolência que vêm desmentir o medo de ser atacado ou, mais tarde, abandonado.

A ideia de que a relação primitiva com a mãe não se reduz à alimentação, e engloba particularmente outros prazeres associados a estímulos extra-orais, já fazia parte das concepções kleinianas em 1953, antes mesmo dela escrever em 1957 «Inveja e gratidão». Para além do conforto e do calor como elementos que exercem um efeito de reafirmação em face às ansiedades persecutórias, Klein concebeu a existência do factor apoio ou suporte. Isto é, a qualidade na maneira pela qual a mãe segura a criança e a manipula. A relação do bebé com a mãe, apesar de centralizada no seio, não se lhe limita. Tal como os trabalhos experimentais posteriormente desenvolvidos por Bowlby e outros vieram comprovar, Klein admitia nas suas concepções teóricas que a criança se interessa desde os primeiros dias pelo rosto, pelas mãos e pela voz da mãe. Temos assim que, para esta autora, o objecto não é simplesmente objecto de uma pulsão, no sentido que o termo se assume em Freud. Klein considera o objecto como algo que se encontra preso nas malhas de uma «relação objectal», constituída por ele mesmo, angústias, emoções, fantasias e defesas específicas.

Mais tarde, Wilfred Bion enfatizou a ideia das relações entre um espaço continente e um conteúdo perante a descrição da forma como a criança integra o seu próprio mundo. A mãe actua como continente para as angústias e emoções da criança, ajudando-a a estruturar o seu próprio processo de identificação. Segundo este psicanalista, a palavra vínculo descreve uma experiência emocional onde duas pessoas (ou partes delas)

estão relacionadas uma com a outra. Considera que existem emoções básicas que inevitavelmente se encontram presentes em toda a relação vincular. Elegeu três emoções básicas que relacionam continente e conteúdo com características de amor (L de love), ódio (H de hate) e conhecimento (K de knowledge). No seu entender estas emoções são intrínsecas ao vínculo entre dois objectos, já que uma experiência emocional não pode ser concebida isoladamente de uma relação.

Tudo se processa como se as primeiras relações funcionassem como o modelo primitivo da relação, ao qual se retorna de forma automática e inevitável sempre que o grupo se constitui, não necessitando de um treino especial ou maturidade mental específica. O crescimento psíquico dá-se com o sucessivo alargamento dos padrões relacionais, sistematicamente revividos nas interações relacionais.

Na psicologia do desenvolvimento, os sistemas relacionais, criados e transformados incessantemente pelo sujeito, assumem vital importância, na medida em que as relações estabelecidas com o mundo exterior se ouvem como se se tratassem de relações desfiguradas de elementos do seu próprio mundo interno.

À concepção sobre as relações de objectos totais e/ou parciais elaboradas por Klein e pela escola das relações objectais, Bion acrescentou-lhe uma perspectiva, embora simples, profundamente inovadora. Utilizando o termo ligação, ele proporciona uma redefinição de questões relacionais, onde a problemática a abordar passa a ser também a da descoberta da representação da ligação em si, e principalmente a relação do sujeito com a função dessa ligação, e não somente com o objecto que proporciona essa função relacional. «Emprego o termo elo de ligação¹ porque desejo examinar a relação do paciente com uma função, e não com o objecto que serve para uma dada função» (W. Bion, 1967, p. 119).

As perturbações ou transformações destes vínculos iniciam-se logo com a própria vida. Nalgumas ocasiões os «ataques destrutivos» a

¹ Elo de ligação é a expressão encontrada nalgumas traduções brasileiras para vínculo.

esses vínculos entre o sujeito (ou partes deste) e o ambiente (inicialmente a mãe) têm origem no início da vida. Ou, noutras ocasiões, partem da própria mãe. Geralmente, nunca é exclusivamente de um deles, mas sim do elo dinâmico criado por ambos.

A «recusa» ou incapacidade da mãe em servir de receptáculo aos sentimentos do bebé, ou o ódio e inveja do sujeito que não permite que a mãe exerça esta função, pode originar a destruição do vínculo entre os dois e, conseqüentemente, no entender de Bion, a uma grave desordem do impulso de ser curioso, de que depende toda a aprendizagem. Temos assim formadas as condições que implicam um grave entrave ao processo de desenvolvimento. A aprendizagem a que ele se refere é algo directamente relacionado com o pensar acerca de si mesmo, e fundamentalmente pensar uma parte emocional.

É talvez sobre o «pensamento» que Bion leva mais longe os seus constructos. Ele encara o acto de pensar como dependente do bom resultado do desenvolvimento de dois processos mentais básicos. O primeiro desenvolvimento é o dos pensamentos só por si. Mas estes requerem o segundo processo – um aparelho para pensar os pensamentos. Isto é, o pensar passa a existir, na sua ideia, para trabalhar os pensamentos. Com esta concepção, Bion inverte completamente o ideia sobre o pensamento como algo concebido pelo produto da actividade de pensar. Ele considera o pensar um desenvolvimento imposto à psique pela pressão dos pensamentos e não o contrário.

Então, numa outra perspectiva, podemos perceber os desenvolvimentos psicopatológicos como perturbações de qualquer uma das duas fases mencionadas. Ou seja, poderá haver uma perturbação no desenvolvimento dos pensamentos ou no desenvolvimento do aparelho para pensar os pensamentos, ou, por último ainda, uma perturbação simultânea em ambos os processos.

Bion classifica os «pensamentos» conforme a natureza da sua história evolutiva, como pré-concepções, concepções e finalmente os conceitos. A pré-concepção é uma expectativa inata de uma concepção, como por exemplo a expectativa inata que a criança tem de um seio. Quando esta pré-concepção se une à sua realização cria-se uma concepção. As concepções, portanto, estão invariavelmente associados a uma experiência

emocional de satisfação. Os conceitos têm nome e são, desta forma, concepções ou pensamentos firmados internamente.

O termo pensamento restringe-se apenas à união de uma pré-concepção como uma frustração. Isto é, quando o bebé com a expectativa de um seio se une a uma realização de um não seio, e não há a satisfação, a criança vive essa experiência como um seio ausente. Se a sua capacidade de tolerar a frustração for suficiente, esse seio ausente transforma-se num pensamento, e assim se desenvolve um aparelho para pensar os pensamentos. A capacidade de tolerar a frustração, portanto, possibilita que a psique desenvolva o pensamento, faculdade essencial para que o sujeito possa desenvolver a sua capacidade de aprender com a experiência.

Se pelo contrário, a tolerância à frustração não for suficiente, origina um conflito na psique que terá de se confrontar com a necessidade de decidir se foge à dor mental provocada pela frustração ou a modifica.

Quando da intolerância, se a fuga prevalece, deparamo-nos com o facto de que aquilo que deveria ser um pensamento (i.e., a união de uma pré-concepção com a realização negativa) se torna num mau objecto, indistinguível de uma coisa-em-si, e que apenas se presta à evacuação. Este evacuar de uma «seio mau» por exemplo, neste contexto, passa a ser sinónimo de obter um bom alimento, e o aparelho para pensar os pensamentos, agora alterado, passa sim a funcionar como um aparelho para livrar o ego do acúmulo de objectos internos maus.

Por outro lado, se a intolerância à frustração não for intensa a ponto de activar o processo de fuga, mas possuir uma intensidade que impossibilite o aceitar da realidade, a personalidade pode desenvolver a onipotência como substituto da união da pré-concepção (ou da concepção) com a realização negativa (Bion, 1967, p. 131). Essa onipotência passa a agir como o substituto do aprender com a experiência, e deixa de haver qualquer actividade psíquica capaz de discriminar o verdadeiro do falso. Existe, em sua substituição, uma acção ditatorial de que uma coisa é moralmente certa ou errada.

Para entendermos o significado que Bion atribui às estruturas de vinculação e à forma como estas influenciam todo desenvolvimento da personalidade, temos que nos socorrer das suas no-

ções desenvolvidas sobre o funcionamento dos grupos, nas quais ele ainda vai acrescentar constructos como o de elementos alfa, elementos beta, função alfa e continente e conteúdo, entre outros.

Mas é talvez com a noção de identificação projectiva que Bion desenvolveu a partir de Melanie Klein, que a sua contribuição ganha uma outra importância. Klein considerou, no seu trabalho «On identification», a identificação projectiva já não só com as características patológicas, como aconteceu nos artigos anteriores, mas sim como um processo normal da vida psíquica que intervém no vínculo entre o sujeito e o objecto. A identificação projectiva é a base da comunicação normal e da empatia, é o que permite ao sujeito colocar-se no lugar do outro, para compreender os sentimentos, os comportamentos, as atitudes e as reacções do outro.

Bion deu especial destaque ao papel da identificação projectiva na comunicação pré-verbal primitiva, assinalando que esse mecanismo seria o precursor da actividade de pensar quando ainda não está formado o aparelho para pensar os pensamentos. Concebe também a existência de uma função na personalidade, que denomina de função alfa – $f(\alpha)$, e que actua sobre impressões sensoriais e experiências emocionais muito primitivas, transformando-as em elementos alfa. Estes diferenciam-se por poderem ser utilizados em novos processos de transformação. São imagens visuais ou imagens que correspondem a modelos auditivos, olfactivos, etc, utilizados para a formação de pensamentos oníricos, sonhos, recordações e para o pensamento consciente. Pelo contrário, as impressões sensoriais e experiências emocionais não transformadas por $f(\alpha)$, são chamados de elementos beta (β), e que têm a característica de não servirem para pensar, sonhar, recordar ou exercer funções intelectuais. Estes elementos são vividos como «coisas em si mesmo» e geralmente são evacuados através da identificação projectiva (L. Grinberg, 1985, p. 67).

Esta mesma identificação projectiva intervém também na formação do aparelho para pensar pensamentos devido à conjunção de dois mecanismos: pela relação dinâmica entre as posições esquizo-paranóide e depressiva ($PS \leftrightarrow D$), e a relação dinâmica entre algo que se projecta, conteúdo, e um objecto que o contém, continente.

Os primeiros esboços da $f(\alpha)$ e do aparelho para pensar os pensamentos advém da interrelação destes dois mecanismos, onde a identificação projectiva ocupa um lugar de destaque, junto com um outro: a capacidade de *rêverie* da mãe, capacidade que revela a disposição desta para receber, conter e transformar as projecções do bebé. Este processo é favorecido se o bebé tem suficiente tolerância à frustração, pois caso contrário, como já o descrevemos, se há uma intolerância inata à frustração, a criança procurará evitar a angústia e a realidade mediante mecanismos de fuga ou de tentativas onnipotentes de modificação da realidade intolerável.

Aplicando este modelo de relação ao vínculo existente entre o bebé e a mãe, Bion (in L. Grinberg, Teorias da identificação, p. 66) descreve alguns dos exemplos de relações possíveis de se estabelecerem: 1) um bebé que chora de ansiedade por temer a morte e que encontra uma mãe afectuosa e compreensiva que lhe pega, sorri, e lhe diz qualquer coisa do género «pronto, pronto, não te assustes que estou aqui». O bebé acalma-se porque conseguiu, através da identificação projectiva, colocar na mãe o seu terror de morte, que foi por esta desintoxicado, transformado pela capacidade de *rêverie* da mãe, que depois o devolveu à criança como algo mais leve e suportável; 2) num segundo caso temos que a mãe reage com ansiedade e incompreensão, afirmando, por exemplo, «no sei o que se passa com esta criança» colocando uma distância afectiva entre ela e o bebé que chora – a mãe devolve a projecção do bebé, o seu terror de morrer, sem o modificar; 3) ainda uma última situação em que nos deparamos com um bebé perturbado e uma mãe muito perturbada. Aqui, a fantasia subjacente à identificação projectiva é que a mãe, em lugar de desintoxicar e transformar o terror de morte projectado pela criança, age como um mau objecto que retira o significado específico da projecção do bebé, e lhe devolve um «terror sem nome» (Bion, 1962).

Podemos, então, compreender de uma forma mais globalizante, a importância das primeiras relações objectais na estruturação e desenvolvimento da personalidade, assim como os principais mecanismos e processo psíquicos influentes. Em condições normais, a identificação projectiva determina a relação de empatia, não só porque permite o poder colocar-se no lugar do outro e

compreende-lo melhor, mas também pelo que invoca ao próprio sujeito.

Qualquer indivíduo produz, constantemente, alguma ressonância emocional no outro, pelos seus comportamentos, pela forma como olha ou fala, gesticula, etc. Ou seja, os mecanismos inerentes à identificação projectiva estão sempre em permanente funcionamento, despertando diferentes respostas emocionais: simpatia, pena, hostilidade, agressividade, inveja, aborrecimento, etc. Do outro lado, é o outro que também funciona com as suas respectivas identificações projectivas, produzindo-se assim um intercâmbio em ambas as direcções. Este processo nas relações humanas constitui a base de toda a comunicação.

Meltzer (1978, p. 50) analisa comparativamente as concepções de Freud, Klein e Bion de um modo curioso: para Freud a não existência de uma boa sexualidade implica o desenvolvimento de sintomas de desprazer; M. Klein afirma que se não se receber amor o desenvolvimento pleno ficará comprometido; Bion diz que se não há uma boa digestão das experiências pessoais, a mente ficará envenenada, caminhando para a destruição. Temos, assim, que do ponto de vista freudiano, o contacto com a realidade depende essencialmente das experiências de satisfação, enquanto que para os kleinianos é o sentimento de segurança ou securidade que se torna mais importante. Mas para Bion o testes da realidade depende dum sentimento de confiança de estar perante a verdade, experienciada emocionalmente, onde a visão consciente e inconsciente é simultânea, concebendo o que ele designou de visão binocular (Bion, 1967).

Nesta procura da verdade como fonte nutritiva, as relações vinculares são vitais. O vínculo K é de importância suprema para o desenvolvimento da mente e da personalidade. Representa o indivíduo que procura uma atitude introspectiva, de conhecer a verdade acerca de si próprio. Freud atribuiu implicitamente essa função à consciência, no sentido de a conceber como um órgão para a apreensão das próprias qualidades psíquicas. O vínculo K refere-se a uma expectativa de saber algo, mas que ainda não foi realizada. A atitude chamada conhecer, no entender de L. Grinberg (1973) é a actividade pela qual o sujeito toma consciência da experiência emocional, podendo abstrair dela uma formulação que repre-

senta adequadamente essa mesma experiência. O vínculo K aponta para o valor do desejo como estímulo para o conhecimento, e não somente como um anseio pela gratificação e/ou controlo sobre o objecto.

O vínculo K pode no entanto ser alterado ou transformado, mediante outras qualidades do indivíduo para tolerar a dor mental. A capacidade de conhecer através do processo de aprender com a própria experiência é uma função que tem de ser adquirida, surgindo da introjecção de um objecto externo (usualmente a mãe), capaz de compreender as experiências do bebé por ele. Na linguagem utilizada por Bion, o vínculo de ligação K é representado pelas associações de uma pré-concepção com uma realização.

Mas o bebé pode ser perturbado pela inveja, que tem o efeito de destruir a compreensão e a aprendizagem, concebendo um vínculo menos-K. Nesta situação, do ponto de vista emocional, a inveja e a voracidade predominam, e em termos da relação continente-conteúdo constituem uma relação mutuamente despojadora e destrutiva, na qual os significados e as emoções são activamente privados de energia e sentido, passando progressivamente a não haver lugar para o descobrimento ou desenvolvimento. O resultado, que podemos por exemplo encontrar claramente nas personalidades psicóticas, mas também na parte psicótica da personalidade, é um predomínio de uma superioridade moral, incapaz de discriminar entre verdadeiro e falso, entre coisa-em-si e representação. Esta modalidade de vinculação, que pode também denominar-se de parasitária, é a de pessoas que estão relacionadas de forma tal que um depende do outro para produzir um terceiro, e que tem a particularidade de ser destrutivo para os três.

Finalmente, podemos ainda constatar um estado de ausência de «K»: o não-K. Sucede quando o bebé, por exemplo, não tem qualquer objecto real disponível a receber, a conter em si as identificações projectivas do bebé, para que depois lhas possa devolver já transformadas e de forma tolerável. O resultado conduz a um esvaziamento progressivo do ego, em que a capacidade de conhecer foi destruída. A mente não é capaz de buscar pensamentos ou utilizar um aparelho para os pensar. Pelo contrário, «ela torna-se um aparelho para livrar a psique das acumulações de objectos internos maus» (Bion,

1962a). Assim, no entender de Bion, uma combinação de fontes internas e externas (em menos-K e não-K) dá origem à psicose.

Ainda para Bion, «vínculo é um estado emocional que relaciona continente e conteúdo com características de L, H ou K e com uma natureza comensal, simbiótica ou parasitária» (C. Amaral Dias, 1992, p. 86). Estamos perante um relacionamento comensal quando continente e conteúdo convivem sem qualquer inter-relação; parasitária quando continente e conteúdo se despojam mutuamente de vitalidade e significado; o simbiótico existe quando a relação prevalece entre dois, para benefícios dos três (indivíduos e vínculo) e viabiliza a tolerância à dúvida.

O vínculo configura uma estrutura dinâmica, em movimento contínuo, accionada por motivações psicológicas, originando uma determinada conduta, que tende a repetir-se tanto na relação interna como na relação externa com o objecto. Podemos, então, conceber dois campos psicológicos nos quais o vínculo se expressa: o interno e o externo. Bion, ao propor-nos uma estrutura emocional para a noção de vínculo, sugere a ideia de que é o vínculo interno que condiciona muitos dos aspectos externos e visíveis da conduta do sujeito².

Ao perspectivar desta forma os processos de vinculação, deu-se um salto qualitativo, de uma teoria predominantemente intrapsíquica para o social, considerando o sujeito como um resultado dinâmico, não da mera acção dos instintos e dos objectos interiorizados, mas sim do interjogo estabelecido entre o próprio sujeito e os objectos internos e externos, numa predominante relação

de interacção dialéctica, que se expressa através de certos comportamentos.

O estabelecimento de um vínculo pode ser dirigido a um objecto interno e/ou também a um objecto externo.

O vínculo é uma estrutura dinâmica em contínuo movimento, que engloba tanto o sujeito como o objecto, onde a variabilidade e simultaneidade são uma constante, caso contrário corre-se o risco da rigidificação (também dos processos vinculativos), condição patagnomónica por excelência da patologia.

Posto isto, parece-nos claro que independentemente das comprovadas competências interactivas do recém-nascido, elas mesmas tendencialmente vinculativas, como nos diz Amaral Dias (1988, p. 150) «só no investimento preceptivo do objecto, isto é, só pela representação interna e inteira que investe a percepção, esta se torna percepção de um objecto possível, reconhecido como real, porque realmente reconhecido através do já existente objecto interno».

A vinculação é assim feita não só em relação aos objectos externos, mas também em relação ao objecto interno elaborado na interacção dinâmica da realidade psíquica e do mundo exterior. A condição para o desenvolvimento do ser humano encontra-se então nos outros vínculos, outros laços e outros objectos (externos e internos), que certamente se lhe irão surgir e propor.

Do Vínculo às Relações Sociais

A importância das abordagens das estruturas vinculares ganhou uma outra dimensão quando da associação, primeiro teórica e progressivamente comprovada experimentalmente, entre as relações precoces do ser humano e as características do seu comportamento social em adulto. Na realidade, o potencial impacto que os vínculos estabelecidos na infância possam ter mais tarde no relacionamento de um qualquer indivíduo, têm sido preconizados por diversos autores oriundos de diferentes conceptualizações teóricas (Erikson, 1950; Cashden, 1988; Greenberg & Mitchell, 1983; Kohut, 1977).

Na generalidade, entende-se que os pais (ou figuras parentais) promovem idealmente um sentido de confiança básica através da sua capacidade de responder emocional e materialmente à criança. Investigações recentes (I. Sarason,

² «Falamos de vínculos internos e de vínculo externos integrados num processo de espiral dialéctica. O vínculo, que primeiro é externo, depois se torna interno, depois, externamente e, depois, volta a ser interno, etc, configurando permanentemente a fórmula dessa espiral dialéctica, dessa passagem do de dentro para fora e do de fora para dentro, o que contribui para configurar a noção de limites entre dentro e fora. Isto determina com que as características do mundo interno de uma determinada pessoa sejam completamente diferentes daquelas do mundo interno de outras pessoas frente à mesma experiência da realidade externa» (E. Pichon, Riviére, Teoria do vínculo, 1982, p. 56).

1986; Mallinckrodt, 1991) sugerem não só que a qualidade dos vínculos precoces com os pais afectam a personalidade adulta, como em especial influenciam os relacionamentos adultos de intimidade emocional e de suporte social (J. A. Flaherty, 1986). No âmbito desta linha investigacional, encontramos outros trabalhos (Stanley R. Strong, in C. R. Snyder, 1991, cap. 27), que para além de sugerirem que a criança parece predisposta a formar relações vinculatvas com outros seres humanos, indicam ainda que quando os recém-nascidos são privados de um contacto humano consistente, se verifica um incremento da taxa de mortalidade precoce.

As diversas perspectivas psicanalíticas, desde Freud até às teorias das relações objectais, aos modelos da psicologia do self, ou mesmo as abordagens da psicologia cognitivista (J. A. Flaherty, 1986), todas pressupõem uma profunda relação entre os primeiros comportamentos vinculatvos da criança com figuras significativas (na generalidade os pais, e em particular a mãe) e a natureza dos subsequentes relacionamentos. A ideia central é que essas primeiras experiências são internalizadas no processo de organização da personalidade. Este fenómeno implica o desenvolvimento de representações mentais referentes aos outros sujeitos, criando por assim dizer imagens antecipatórias e fantasias que demarcam atitudes, reacções comportamentais e percepções das relações e dos respectivos sujeitos com os quais se depara no decurso da vida.

Na globalidade, e resumindo, temos então que os processos vinculares precoces são de vital importância para a estrutura adulta da personalidade. Estrutura essa que estaria assim basicamente associada aos objectos internos elaborados desde um período muito precoce, onde os mecanismos de identificação projectiva e introjectiva, e as relações de continente-conteúdo desempenham um papel determinante.

Nomeadamente, a identificação projectiva realista, descrita e desenvolvida primeiro por Bion e depois por outros (Grinberg, Rosenfeld, Meltzer, Amaral Dias) é o mecanismo por excelência que permite ao sujeito dar-se conta da existência real do outro, constituindo-se como um dos factores principais da formação de símbolos e da própria comunicação humana, estando igualmente inerente à relação dinâmica de continente-conteúdo criada. Esta relação pode ser de

crescimento ou de não-crescimento (Amaral Dias, 1998), consoante a qualidade de emoção que impregna esse relacionamento e que determina uma ou outra consequência.

Bion associou a identificação projectiva ao processo de pensar, omnisciência e à comunicação como as componentes essenciais destinadas a lidar com os pensamentos no sentido amplo do termo. Reservou, entretanto, o termo «publicação às operações necessárias para tornar pública a consciência (cognitiva) privada, isto é, aquela que é privativa do indivíduo. Os problemas que isso envolve podem ser considerados técnicos e emocionais. Os emocionais estão associados ao facto de o homem ser um animal político, não podendo realizar-se plenamente fora de um grupo, nem tampouco satisfazer qualquer impulso emocional sem que o componente social desse impulso se expresse (...). A comunicação originariamente faz-se através da identificação projectiva realista. (...) Poderá evoluir, caso a relação com o seio seja boa, e transformar-se na capacidade do self tolerar os seus próprios atributos psíquicos, abrindo assim caminhos para a função alpha e o pensamento normal. Mas esse método desenvolve-se, também, como parte da capacidade social do indivíduo. Tal evolução, de grande importância na dinâmica de grupo, virtualmente não tem recebido atenção alguma; sua ausência tornaria impraticável até mesmo a comunicação científica» (Bion, 1967, p. 136).

A identificação projectiva pode igualmente ser utilizada como mecanismo para libertar o self de partes não desejadas e intoleráveis, repercutindo-se depois no próprio vínculo estabelecido entre continente-conteúdo. Os exemplos do uso do mecanismo de identificação projectiva fracassada são múltiplos e detalhadamente descritos por outros autores (Grinberg, 1973; Amaral Dias, 1988, 1998): pode ser usada para a negação da realidade psíquica, como controlo onnipotente do outro, para lidar com o sentimento de inveja, como relação objectal parasitária ou como forma de alucinação ou delírio.

O que se «exige» ao continente, para bem de continente e conteúdo, é a capacidade de se mostrar íntegro, e simultaneamente apto à transformação e à flexibilidade (Amaral Dias, 1998).

É neste jogo inter-relacional, entre continente e conteúdo que o papel desempenhado pelo sofrimento e dor mental é tratado e transformado.

Este sofrimento possui qualidades específicas como de incompreensibilidade, aflição por vezes tremenda que o sujeito poderá tentar silenciar por meios externos (por exemplo, mediante drogas ou álcool). Primeiro, através da relação com a figura materna (sentida ainda numa fase muito primária como um objecto parcial), que conforta e frustra, o sofrimento mental pode ser transformado, sendo devolvido de forma mais tolerante.

Consequentemente, o sofrimento mental mais ou menos modificado, passa a fazer parte da estrutura adulta da personalidade. Esta estrutura, o *Self*, na opinião de Meltzer (1989, p. 19) vai-se organizando gradualmente em torno de um objecto internalizado adquirido quando ainda em criança. O objecto interno ou internalizado refere-se às imagens representativas, mais ou menos conscientes, do sujeito, das relações e situações vivenciadas. Estes objectos internos são idealizados na medida em que alguns dos seus aspectos que causam sofrimento (frustram, desaparecem ou fazem esperar) são expulsos por um mecanismo projectivo mantendo-se dissociados, como se se tratassem de partes absolutamente independentes daquelas gratificadoras.

Mais tarde, a qualidade do funcionamento da identificação projectiva dependerá, em certa medida, da qualidade do funcionamento da identificação projectiva nas primeiras relações objectais. No entanto, não interessa somente conhecer de que forma actuaram as identificações projectivas do sujeito, condicionadas pelas suas fantasias e/ou impulsos, mas também como ocorreram as identificações projectivas dos objectos primários e a repercussão causada no sujeito.

Na ideia de Meltzer (1989) os atributos específicos da organização mental do indivíduo – temperamento, organização dos objectos internos e organização da sua matriz – conjugam-se de forma a determinarem o maior ou menor predomínio das partes adultas ou infantis (destrutivas e esquizofrenizantes) da personalidade. A preponderância destas diferentes partes pode ser mais ou menos momentânea, ou assumir um carácter mais permanente, estabelecendo também elas o modo organizacional das relações pessoais com e da família e com o mundo externo.

O modelo da estrutura da personalidade proposto por Meltzer e Harris (1989) descreve a própria personalidade, a família e a comunidade num sistema interacional estabelecido no interior

do indivíduo, condicionando as modalidades de relações internas e externas. Ou seja, o conceito central é o «problema da construção e da distribuição do sofrimento mental conectado com o crescimento e o desenvolvimento do indivíduo na família e na comunidade. A sua leitura é feita nos dois sentidos, centrífuga e centrípeta, evidenciando as influências recíprocas do indivíduo-família-comunidade no espaço da relação com o mundo interno do indivíduo, e no espaço da relação ao mundo externo dos objectos» (R. Paixão, 1991, p. 87).

Neste sentido, o conceito de socialização diz respeito ao processo de conexão da personalidade com uma série de elementos que se supõem prepararem os sujeitos para uma verdadeira e plena participação numa vasta variedade de funções adultas. Ao identificar estas componentes da socialização não significa especificar um contributo particular de cada uma, pois elas variam consoante a cultura, a classe, a etnia, a religião e outros tipos de agrupamentos de cada sociedade.

Smelser (in Meltzer, 1989, p. 136) identifica algumas das funções mais significativas no processo de socialização, e que usualmente são cumpridas pelo próprio meio familiar: 1) funções económicas diversas, que incluem a produção de bens e serviços, a administração da casa, ou o distribuir dos recursos; 2) o proporcionamento de bem-estar social e qualidade de vida aos membros da família; 3) o exercer da autoridade na criança; 4) a transmissão do status familiar entre gerações; 5) funções que asseguram a pertença exclusiva e a manutenção de relações íntimas entre adultos, e 6) a procura de um relacionamento afectuoso.

Entende-se, deste modo, que toda a vida familiar, seja qual for a orientação ou cultura em que se insere, contribui para o desenvolvimento mental do indivíduo. Mais ainda: este desenvolvimento é considerado pela família como um objectivo a alcançar - desenvolver o pensamento do indivíduo de maneira a que este possua compreensibilidade, *insight*, e capacidade de tolerar a incerteza. Ou seja, nas palavras de Hayward (in Meltzer, 1989, p. 131), que se possibilite uma educação afectiva.

A função parental de conter as emoções da criança é o protótipo da função emocional que os pais vão oferecendo durante os muitos anos em

que dura o seu desenvolvimento mental. As quatro funções introjectivas, designadas por Meltzer e Harris (1989) de gerar amor, promover a esperança, conter o sofrimento depressivo e pensar são o atributo elaborador desta função que transforma as funções emocionais projectivas (de ódio, desespero, sentimentos persecutórios, confusionais e o processo de mentira).

Emoções e sentimentos, tal como nos diz R. Paixão (1991, p. 63) são os vínculos relacionais do crescimento, constituindo-se na «matéria a nomear, primordialmente e antes de tudo pela família, e depois pela comunidade envolvente».

Temos, então, que a mãe elabora literalmente o pensamento mais primário do bebé em torno do sofrimento mental. Numa relação de dependência, a criança internaliza esta experiência que se vai repetindo, começando desta forma a aprender verdadeiramente a maneira de pensar os próprios pensamentos.

O estabelecimento de um modo de aprendizagem predominante ou preferido, que se inicia então no recém-nascido, e se vai elaborando depois, é um contributo básico que a família, e mais particularmente os pais, proporcionam ao bebé. Esta aprendizagem comporta diversas maneiras de adquirir conhecimentos, podendo envolver desde verdadeiras transformações na personalidade até formas mais superficiais e primitivas e que, no final, podem conduzir a tudo o que é contrário à própria natureza da aprendizagem.

A modalidade denominada aprender com a experiência é a que aparece assumir qualidades propícias para o pleno desenvolvimento. É entendida como uma experiência emocional digna de comportar componentes perturbadores ou dolorosos, e de resultar num estado mental que conduz à tolerância da ambiguidade e da incerteza, e é ainda capaz de fomentar a iniciativa mental.

O ódio, o desespero, os sentimentos persecutórios e confusionais são emoções infantis, que através da sua expulsão, devem ser absorvidos e contidos pelas relações vinculativas existentes. Estas emoções correspondem a funções emocionais projectivas, existentes em todos os indivíduos e que ocorrem na relação, geralmente com mais clareza na vida familiar.

Percebemos assim que o exercício emocional projectivo/introjectivo, mencionado por Meltzer

(1989) é na realidade o «jogo do evitamento do sofrimento mental e por isso das formas distorcidas de aprendizagem ou, ao contrário, o jogo da elaboração desse sofrimento, com o crescimento subsequente e a aprendizagem pela experiência com internalização e compreensão dos dados da realidade interna e externa (...) O indivíduo é, assim, finalmente caracterizado pelo resultado da interdependência dinâmica entre as relações que mantém com o seu mundo interno (condicionantes em boa medida das atitudes e emoções para com a realidade) e pelas atitudes e emoções imanentes à própria realidade (família, comunidade) que consigo interagem» (R. Paixão, 1991, p. 91).

O processo dito educativo da família relaciona-se com o da comunidade envolvente a dois níveis: primeiro, na forma em que a comunidade determina as funções sociais que deverão ter a família; e segundo, em termos do impacto que a comunidade tem para com a vida emocional da família.

A família constitui-se desta forma, e por vezes sem grande consciência disso, como uma via importantíssima de canal interrelacional entre o indivíduo e o meio comunitário envolvente. Há alguns aspectos gerais em que o funcionamento social da família parece condicionante e determinante: condições económicas, informativas, conhecimento e recursos culturais dos membros familiares, entre outros. Em particular, o papel social e económico dos pais no seio da comunidade constitui-se como suporte essencial do papel social e educativo exercido pela família.

O suporte educativo e as modalidades de aprendizagem da criança dependem extraordinariamente da forma como a família, e em especial os pais contêm e lidam com ansiedades particulares – os sentimentos depressivos, persecutórios ou com a sensação de desespero – constituintes do desenvolvimento normal dos sujeitos. O meio envolvente deverá ainda ser capaz de cumprir as outras funções emocionais positivas (gerar amor, promover esperança, etc). Fora do meio familiar, a comunidade através das suas forças sociais (por exemplo, estado económico-político, mercado de trabalho, etc) geram tipos semelhantes de ansiedade, sobrecarregando ou atacando todo o processo de aprendizagem pela experiência iniciada pela família.

Inerente a todo este processo, o mecanismo de

identificação projectiva, presta-se aqui a tornar-se um instrumento do uso interpessoal. Tal como sucede entre indivíduos, os grupos sociais (familiar ou na comunidade) podem agir para absorver os estados mentais de um ou mais indivíduos.

A este respeito, o trabalho de Elliott Jaques foi central ao desenvolvimento do Instituto Tavistock, tal como o foi o de Bion, entre outros que, tomando ideias de Klein sobre os mecanismos primitivos de defesa da projecção e da identificação projectiva, as expandiram elaborando conceitos de continente social e de sistemas sociais de defesa. Jaques (1953) descreveu a maneira pela qual os indivíduos podem utilizar as relações sociais e as instituições com o objectivo de apoiar as suas próprias defesas psíquicas. Conta-nos aliás como a sua própria experiência o impressionou ao constatar até que ponto as instituições são usadas pelos seus membros individuais, através dos mecanismos de identificação projectiva e introjectiva que operam na vinculação entre indivíduo e o social, para reforçar mecanismos individuais de defesa contra a ansiedade e, em particular, contra a recorrência das ansiedades paranóides e depressivas.

Parece, então, que os indivíduos fazem uso, quase sempre inconsciente, das suas relações sociais, associando-se e cooperando inconscientemente para reforçar as defesas internas, e assim lidar mais facilmente com questões por vezes complexas como a ansiedade ou a culpabilidade. Assim, o carácter destas relações, mediante um jogo projectivo/introjectivo, enquadrado na dinâmica continente-conteúdo, é determinado e simulado, por um lado, pelas suas funções explícitas ou conscientemente acordadas e aceites, e por outro lado, pelas suas múltiplas funções quase sempre irreconhecidas e inconscientes no nível da fantasia.

A cooperação social ao nível da realidade pode, em certa medida, facilitar uma redistribuição dos impulsos e objectos nas relações da fantasia existentes entre os membros de uma sociedade. Em conjunto com tal redistribuição a identificação projectiva, mediante os processos introjectivos, possibilita aos indivíduos admitirem a sanção e os apoios sociais.

Resumindo, percebemos assim que os indivíduos podem colocar os seus conflitos internos em pessoas do mundo externo, podem inconscientemente seguir o curso do conflito, por meio

da identificação projectiva e podem reinternalizar o curso e o resultado do conflito externamente percebido por meio de identificações introjectivas (Hinshelwood, 1989).

Na verdade, a própria sociedade pode funcionar como um continente emocional de um tipo ou de outro, mais ou menos defensivo, mais ou menos elaborativo. Parece, no entanto, impossível que os membros de uma instituição social sejam capazes de realizar alguma vez mudanças que satisfaçam perfeitamente as necessidades e desejos de cada indivíduo, sendo-lhes sempre exigido um esforço de reajustamento pessoal. Se as mudanças forem fruto de um esforço conjunto, do sujeito e instituição, o esforço do reajustamento será certamente menor. Mas, uma coisa muito diferente é ser intimado a reajustar-se a mudanças impostas externamente.

Deste modo, as mudanças das relações e métodos sociais exigem uma reestruturação das relações ao nível da fantasia, com a consequente solicitação aos indivíduos para que aceitem e tolerem alterações nos seus padrões defensivos contra ansiedades por vezes muito primitivas.

Se a comunidade é percebida como uma fonte de alimento e valores toda poderosa, surgem com facilidade diversos fenómenos inerentes aos processos grupais, sobre os quais o indivíduo se desenvolverá. Nomeadamente, as medidas de suporte poderão enquadrar-se numa atitude parasitária em relação à comunidade. O sujeito, nesta situação, vai-se organizar em torno das funções emocionais projectivas e de acções defensivas, típicas do que Bion assinalou nos grupos de pressuposto básico, que impedem a aprendizagem e o desenvolvimento mental do indivíduo. A transformação da relação familiar-social, origina um tracto exploratório, oportunista, onde o ataque e a fuga ou a dependência parecem surgir com extrema facilidade.

Os vínculos de integração social que os indivíduos estabelecem, referem-se à conotação social da identidade, consistindo na relação este aspectos do self e dos objectos, mediante os mecanismos de identificação projectiva e introjectiva. Estas formas de vinculação estruturam-se como básicas para a aquisição do sentimento de identidade. A capacidade para continuar a sentir-se o mesmo ao longo de sucessivas mudanças constitui a base da experiência emocional da identidade. Implica manter a estabilidade através

de circunstâncias diversas e de todas as transformações e mudanças de vida.

Esta interdependência dos sistemas vinculativos com as relações adultas da personalidade surge como um aspecto fundamental para a compreensibilidade da sua capacidade relacional e transformativa. A obra de Klein demonstrou que no início da vida o indivíduo se encontra em contacto com o seio e, por rápida extensão da consciência primitiva, com o grupo familiar. No estado adulto, e em contacto com as complexidades da vida num grupo (social, familiar, profissional, etc.), o sujeito recorre ao que pode ser descrito como uma regressão maciça de mecanismos já anteriormente mencionados, e típicos das primeiras fases da vida mental. «O adulto tem que estabelecer contacto com a vida emocional do grupo em que vive; esta tarefa parece ao adulto tão formidável quanto a relação com o seio parece ser à criança, e o fracasso em atender às exigências dessa tarefa é revelado na sua regressão» (Bion, 1959, p. 129).

É a esta função mais abrangente, que o indivíduo atribui mais ou menos claramente às relações que vai (re)criando e que as estruturas sociais desempenham de melhor ou pior forma, que múltiplas designações, como holding (Winnicott, 1958), mediation (Cohen, 1985), empathy (Mahler, 1971), support (Gitelson, 1962), container (Bion, 1963) ou active support (Jonghe, 1992), parecem procurar abranger. Função que, independentemente do nome, possibilita as transformações internas e externas que o sujeito necessita, em tom de lidar com o seu próprio sofrimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ainsworth, M. D. S. (1964). Patterns of attachment behavior shown by the infant in interaction with his mother. *Merril-Palmer Quarterly*, 10, 51-8.
- Bion, W. R. (1959). *Experiências com grupos*. Rio de Janeiro: Imago ed..
- Bion, W. R. (1962). *Learning from experience*. London: Heinemann.
- Bion, W. R. (1962a). The psycho-analytic study of thinking II – a theory of thinking. *International Journal of Psycho-Analysis*, 43, 306-310.
- Bion, W. R. (1963). *Os elementos da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
- Bion, W. R. (1967). *Estudos psicanalíticos revisados*. Rio de Janeiro: Imago ed., 3.ª ed., 1994.
- Bowlby, J. (1961). L'etologie et l'évolution des relations objectales. *Revue Française de Psychanalyse*, 25 (4-5-6), 623-631.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment*, vol. 1 e 2. London: The Hogarth Press & The Institute of Psycho-analysis, 1982, 2nd edition.
- Bowlby, J. (1988). *A secure base, clinical applications of attachment theory*. London: Tavistok, 1992.
- Cashden, S. (1988). *Object relations theory: using the relationship*. New York: Norton.
- Cohen, S., & Wills, T. A. (1985). Stress, social support and the buffering hypothesis. *Psychological Bulletin*, 98, 310-357.
- Dias, C. A. (1988). *Para uma psicanálise da relação*. Porto: Edições Afrontamento.
- Dias, C. A. (1992). *Aventuras de Ali-Babá nos túmos de Ur – ensaio psicanalítico sobre a somatopsicose*. Lisboa: Fenda.
- Dias, C. A., & Fleming, M. (1998). *A psicanálise em tempo de mudança – contribuições teóricas a partir de Bion*. Porto: Edições Afrontamento.
- Erikson, E. H. (1950). *Childhood and society*. New York: Norton.
- Flaherty, J. A., & Richman, J. A. (1986). Effects of childhood relationships on the adult's capacity to form social supports. *American Journal Psychiatry*, 143, 851-855.
- Freud, S. (1905). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Lisboa: Ed. Livros do Brasil.
- Gitelson, M. (1962). The curative factors in psychoanalysis I. The first phase of psycho-analysis. *International Journal Psychoanalysis*, 43, 194-205.
- Greenberg, J. K., & Mitchell, S. A. (1983). *Object relations in psychoanalytic theory*. Cambridge, M.A.: Harvard University Press.
- Grinberg, L. (1973). *Introdução às ideias de Bion*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1973.
- Grinberg, L. (1985). *Teoria de la identificación*. Madrid: Tecnipublicaciones, S.A..
- Harlow, H. F., & Zimmerman, R. R. (1959). Affection responses in the infant monkey. *Science*, 130, 421.
- Hinshelwood, R. D. (1991). *Dicionário do pensamento kleiniano*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- Jaques, E. (1953). Os sistemas sociais como defesa contra a ansiedade persecutória e depressiva. In Melanie Klein, Paula Heimann, R. Money-Kirle (Eds.), *Temas de psicanálise aplicada*. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1969.
- Jonghe, F., Rijnierse, P., & Janssen, R. (1992). The role of support in psychoanalysis. *Journal American Psychoanalytic Association*, 40 (2), 475-500.
- Kohut, H. (1977). *The restoration of the self*. Madison, C.T.: International Universities Press.
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (1990). *Vocabulário da psicanálise*. Lisboa: Editorial Presença, 7.ª ed.

- Mahler, M. S., & Laperriere, K. (1971). A study of the separation-individuation process and its possible application to borderline phenomena in the psychoanalytic situation. *Psychoanalytic Study Child*, 26, 403-424.
- Mallinckrodt, B. (1991). Client's representations of childhood emotional bonds with parents, social support and formation of the working alliance. *Journal Counselling Psychology*, 38 (4), 401-409.
- Meltzer, D. (1978). *The kleinian development – part III – the clinical significance of the work of Bion*. Perthshire: Clunie Press.
- Meltzer, D., & Harris, M. (1989). *El paper educatiu de la família*. Barcelona: Espaxs.
- Paixão, R. (1991). *O conceito de homogeneidade e heterogeneidade nos grupos de iguais adolescentes*. Dissertação de Doutoramento à Universidade de Coimbra, Coimbra, 1991.
- Petot, J.-M. (1982). *Melanie Klein II – o ego e o bom objecto*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.
- Sarason, I. G., Sarason, B. R., & Shearin, E. N. (1986a). Social support as an individual difference variable: its stability, origins and relational aspects. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50 (4), 845-855.
- Snyder, C. R., & Forsyth, D. R. (1991). *Handbook of social and clinical psychology – the health perspective*. New York: Pergamon Press.
- Winnicott, D. W. (1965). The development of the capacity for concern. In D. W. Winnicott (Ed.), *The maturational processes and the facilitating environment* (pp. 73-82). New York: International Universities Press.

RESUMO

Sobre o tema da vinculação, são abordados os domínios das problemáticas associadas às relações precoces, à representação dos processos de vinculação nas diversas etapas desenvolvimentais e às relações psicológicas inerentes à formação de diferentes sistemas sociais, enquadrados no jogo dinâmico criado pelos, e para os seus representantes individuais.

Num primeiro momento desenvolve-se mais pormenorizadamente o conceito de vínculo, considerando excepcionalmente os contributos de Bowlby, e as suas diferenciações quanto às abordagens de Freud e da psicanálise tradicional.

Consideram-se então, entre outros, os trabalhos de Melanie Klein sobre os fenómenos de comunicação corporal, organizados numa fase muito precoce de desenvolvimento, e as vicissitudes dos relacionamentos objectais, constituídos por angústias, emoções, fantasias e defesas psíquicas específicas.

Reorganizamos por fim, o conceito de vínculo segundo as concepções de Wilfred Bion, enfatizando a ideia das relações entre um espaço continente e um conteúdo, recorrendo aos mecanismos de identificação projectiva, e às emoções básicas inerentes ao estabelecimento e manutenção dos vínculos, com as repercussões na capacidade de pensar e desenvolvimento global do ser humano nas suas relações.

Palavras-chave: Vínculo, relações sociais, relações de suporte.

ABSTRACT

Regarding the attachment theme, we approached the problem areas associated with early relationships, the representation of the attachment process in various developmental stages, and the psychological relations inherent in the formation of different social systems, fitted in to the dynamic game created by, and for its individual representatives. We started off by broadening our conception of attachment, exceptionally considering contributions by Bowlby, as well as the differences between his approach and the one by Freud and traditional psychoanalysis.

We then considered, amongst others, Melanie Klein's work on the body communication phenomena, which becomes organized in a very early phase of development, and the vicissitudes in object relationships, made up of emotions, fantasies, moments of distress and specific psychological defenses.

Finally, we reorganized the concept of attachment according to Wilfred Bion's conception by emphasizing the idea of the relation between a continent space and the contents, resorting to identifying projective mechanisms and to basic emotions, inherent in the establishment and maintenance of affectionate bonds, with repercussions in the thinking ability and in global human development regarding relationships.

Key-words: Bonds, social relationships, support relations.